

**O mato virou roça e a roça virou mato:  
memórias de mudanças nas terras da Serra da Armação no litoral central catarinense**

*The forest turned into crops, and the crops turned into forest: memories of changes in the  
lands of Serra da Armação on the central coast of Santa Catarina, Brazil*

Edson Gracindo de Almeida<sup>1</sup>

*Que sentir mais dói?  
Com ou como, os dois doídos.  
Também o sentir por  
na memória, doído.  
Quem ouve, quem fala,  
falantes e ouvintes, os dois.  
Do outro na memória um.*

**Resumo:** O texto investiga, apoiado na história oral, os rumos da vida de pessoas ligadas à roça, ou também à pesca, a partir da criação de uma unidade de conservação no lugar onde moram e trabalham, no município catarinense de Governador Celso Ramos. Outras temáticas surgiram ao longo das entrevistas, porque também se trata de uma narrativa de vidas.

**Palavras-chave:** História oral – Governador Celso Ramos – Pesca e agricultura – APA de Anhatomirim.

**Abstract:** Supported on oral history this paper inquiries into the people's life course involved in farming, and in fishing also, since the creation of a protected area in the place where they have living and have working, at the town of Governador Celso Ramos, Santa Catarina state, in Brazil. During the interviews, other topics came up as it was a narrative of their lives too.

**Keywords:** Oral history – Governador Celso Ramos – Fishing and farming – Protected areas.

### **Sobre história oral, o lugar e a gente do lugar**

Ninguém escreve livremente, nem quando só para si. A todo instante, a pessoa vai sendo acoçada pelas cobranças da palavra “certa”. Escrever, mais que pensar, é uma imposição. O mais que se alcança de liberdade, talvez, esteja em se lançar numa reflexão. E partilhá-la permite disfarçar o ensimesmamento. É o que se pretende.

Esta reflexão envolve história oral, menos em sua teoria e mais em sua experimentação, a problematizadora, porque somente “há história onde há tempo problematizado e não pré-

<sup>1</sup> Graduando em História (Licenciatura) pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: querimrem@gmail.com

dado”<sup>2</sup>. Trata-se de uma narrativa de narrativas, porque a história oral, se, de um lado, envolve partilha de vivências, que sempre são presentificadas, pois se fala de um passado visto a partir do hoje, numa “narrativa entrecortada pelas emoções do ontem, renovadas ou ressignificadas pelas emoções do hoje”<sup>3</sup>; por outro, ela se constrói mediante interpretações, seja por parte da pessoa entrevistada, seja por parte de quem entrevista, ainda mais quando se sabe que “recordar e contar já é *interpretar*”<sup>4</sup>.

Repassando temas centrais de projetos com história oral pelo mundo, cinquenta anos após os trabalhos em 1948 de Allan Nevins, fundador do primeiro laboratório de história oral na Universidade de Colúmbia (EUA), Alistair Thomson, historiador e professor, além de ex-integrante do conselho da Associação Internacional de História Oral, já em 1998 destacava que, entre outros avanços, os pesquisadores haviam enfim admitido que as entrevistas na história oral ocorrem em sistemas de comunicação culturalmente específicos, inexistindo, pois, um único ou universal “jeito certo” de fazer história oral<sup>5</sup>.

Como disse de antemão dona Maria, de 63 anos, “é pra gente dizer o que a gente imaginou no passado, né?, e estar pensando no futuro hoje, né?” Simples assim, com os três tempos fundindo-se a partir do hoje, num passado imaginado e num futuro pensado. E de importância reconhecida, como declarou seu Vava, também de 63 anos: “...fazer esse trabalho, que eu acho importante, a resgatar as coisas antigas. Tem gente que diz que quem vive de antigos é o museu, mas é importante nós resgatar o passado pra valorizar o presente, ou o futuro”. As recordações não são exatas, por isso não se vai a uma “verdade” estática no passado, porque há esquecimentos, porque as identidades e aspirações atuais influem nas reminiscências, porque, “ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser”<sup>6</sup>.

Se a maioria do(a)s historiadore(a)s orais aprendem fazendo, e portanto não existe uma forma padronizada de fazer história oral,<sup>7</sup> todavia, como em qualquer pesquisa historiográfica, o material colhido com as entrevistas não vem em “estado bruto”; com a particularidade de que se trata de uma produção complexa da memória, já moldada e cheia de lacunas, silêncios,

<sup>2</sup> FREIRE, 2011.

<sup>3</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves, 2006, p. 18.

<sup>4</sup> PORTELLI, Alessandro, 1996. p. 60.

<sup>5</sup> THOMSON, Alistair, 1998, p. 581.

<sup>6</sup> THOMSON, Alistair, 1997, p. 57.

<sup>7</sup> RITCHIE, Donald A., 2015, p. XV.

condensações, deslocamentos, que se relacionam entre si no instante mesmo em que se dá a narrativa.<sup>8</sup> Como no relato de quando “...veio a ordem pra nós não mais derrubar, no morro. Que tempo foi?... Ah, agora eu nem lembro. Até esse dia, eu estava lá na roça mais o Lourival”, por cujas palavras dona Derinha, de 79 anos, na relação dialógica com o entrevistador e por este provocada, mostra não possuir a “data” do evento (ela própria se pergunta que tempo foi), mas retém o ocorrido e seu contexto (ela estava lá mais o filho).

Uma vez que o conhecimento é sempre uma tentativa de resposta a uma questão, neste trabalho de história oral esforça-se por alcançar o “senso do problema” com a ajuda do que essas pessoas “imaginaram do passado”, porque a imaginação não é mera formadora de imagens da realidade, “é a faculdade de formar imagens que ultrapassam a realidade, que *cantam* a realidade”<sup>9</sup>; e a história oral, assumindo a subjetividade como objeto de estudo, “se importa com o passado imaginário, inventado das pessoas. O que elas acreditam é mais importante do que aquilo que de fato viveram”<sup>10</sup>. O problema é saber se a legislação ambiental, especialmente a criação de uma unidade de conservação no litoral central catarinense, no município de Governador Celso Ramos, levou ao gradual abandono das roças de cultivo de mandioca, entre outros produtos, cedendo lugar à regeneração da mata atlântica, com desdobramentos no cotidiano e nas relações das pessoas que viviam e vivem nessas terras.

O lugar é a área de proteção ambiental (APA) de Anhatomirim, unidade de conservação federal instituída pelo Decreto n. 528, de 20 de maio de 1992, sob o impulso da Eco-92, conferência da ONU sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, que se realizou entre os dias 3 e 14 de junho daquele ano, na cidade do Rio de Janeiro. Nos termos da Constituição brasileira, as unidades de conservação são espaços especialmente protegidos (inciso III, do parágrafo 1º do artigo 225). E no quadro do sistema nacional de unidades de conservação, instituído pela Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, as APAs incluem-se no grupo das de uso sustentável. Especificamente, a APA de Anhatomirim objetiva a proteção dos botos *Sotalia guianensis*, com um grupo de indivíduos residentes em suas águas, dos fragmentos remanescentes da mata atlântica e das fontes hídricas para a sobrevivência dos pescadores artesanais. Com parte marinha situada na Baía Norte (26,69km<sup>2</sup> ou 2.669 hectares), bem como terrestre (19,64km<sup>2</sup> ou 1.964 hectares), a unidade ocupa cerca de 21% do território municipal; nela estão, no todo ou

<sup>8</sup> RADSTONE, Susannah, 2000, p. 11.

<sup>9</sup> BACHELARD, Gaston, 1947, p. 14; idem, 1997, p. 17 e 18 (destaque no original).

<sup>10</sup> SANTHIAGO, Ricardo. 2008, p. 38.

em parte, seis comunidades, quatro das quais com forte atuação na pesca artesanal. Também persistem práticas agrícolas no município, apesar do altíssimo grau de urbanização nos últimos anos, com mais de 90% da população vivendo na zona urbana: no levantamento do plano de manejo da unidade de conservação, finalizado em 2013, eram de 80 a 100 famílias rurais em cerca de duzentas pequenas propriedades; dessas, aproximadamente 20 tinham sítios dentro da APA.<sup>11</sup>

Os seus limites terrestres ocupam a porção leste da Serra da Armação, no que é cortada pela ali denominada estrada do Morro da Armação, que sai da localidade de Areias de Baixo em direção à Fazenda da Armação, onde se une à outra estrada que, exceto pela Armação da Piedade e Ganchos de Fora, percorre num arco todas as comunidades do município, conectando-o à rodovia BR-101 em duas entradas, ao sul e ao norte; rodovia que atravessa a planície, também em parte no município, que separa a Armação das serras de São Miguel e da Queimada, ambas em Biguaçu. Ela é composta de uma sequência de cristas com picos de altitudes variadas (o maior dentro da APA mede 445m) e vales, os quais terminam no mar geralmente em enseadas ou “ganchos”, como às vezes são chamadas e designaram o distrito criado em 1918 até sua emancipação da vizinha Biguaçu, no ano de 1963, sobrevivendo já em 1967 o atual nome. Porque, como explicou dona Maria, “eram três ganchos: era ‘gancho’, ‘gancho’ e ‘gancho’ ” (sinaliza, numa sequência com as mãos, as enseadas de Ganchos de Fora, Ganchos do Meio e Canto dos Ganchos).

Esses morros, num tempo em que as distâncias ali eram percorridas em trilhas muito das vezes a pé, é que explicam certo isolamento das comunidades, ainda que a parentada se espalhasse pelo território. “Nós ia daqui à Armação de pé, comprar peixe, ou comprar, ganhar, pedir, entendeu?, e trocava também, por batata, rosca de polvilho, rosca de massa, feijão”, segundo seu Vava, no que foi confirmado por sua esposa, dona Benta: “Era menina ainda, de 12 anos, por aí, 11 anos..., cansei de carregar peixe nesse caminho aí”. E quanto durava esse

<sup>11</sup> Quando não mencionado de outra forma, a legislação federal aqui citada está disponível no endereço <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Os dados sobre o município e a APA de Anhatomirim encontram-se no seu plano de manejo, que contém o regramento e o zoneamento da unidade de conservação, disponível em três encartes no endereço: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2239-apa-de-anhatomirim>, especialmente encartes 2 e 3; tendo sido concluído e aprovado com a Portaria ICMBio n. 245, de 30 de outubro de 2013. Desde 2007, com a divisão do IBAMA, as unidades de conservação federais são geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio, conforme Lei n.11.516, de 28 de agosto de 2007.

percurso? “Ah, acredito uma hora e meia, mais ou menos, né? Uma hora, uma hora e meia, mais ou menos”, falou seu Vava, olhando para dona Benta e por ela atestado com um “isso mesmo”.

Eram trocas materiais, bem como culturais, que se faziam pelos trilhos ou trilhas, mas também pelo mar, cortado por embarcações como a canoa de um pau só, construída de um único tronco de garapuvu (*Schizolobium parahyba*), árvore de madeira leve e fácil entalhe:

Onélia – É essa mesmo. Santo – É canoa de quatro remos, né?, de voga. Onélia – De voga e de braço e de par. Santo – Dos dois lados, pois é, e de voga [faz um movimento em círculo com os braços para trás, como se as mãos segurassem remos]. Onélia – Mas eles quase não remavam de voga, eles remavam mais é na pá, de mão [movimento de círculos com a mão direita, como se empurrando a lâmina d’água]. Iam mais ligeiro, né? Iam em dois, um na frente, um atrás, tocavam o pau. Tinha dia deles chegar aqui..., um dia, a mãe foi pra praia, a falecida mãe, me lembro, eu era bem pequena, já era nove hora da noite, eles não tinham chegado ainda, mais a minha tia, aí foram pra lá esperar. Eles chegaram com trezentas e poucas corvinas, quase afundando a canoa, quase entrando água em cima, diz assim. Se desse um vento?, eles não passavam. Santo – Naquele tempo era a vela. Onélia – Era a vela. Eles botavam a vela e vinham, quando o vento era..., a..., apro-..., né? Santo – Aprozado. Onélia – Aprozado pra vir, eles botavam a vela e vinham.

Nesse diálogo do casal entrevistado, ela nascida no município, na localidade da Caieira do Norte, ele nascido na localidade de Sorocaba, em Biguaçu, juntos há quarenta anos desde 1979, sobressai a resposta que traduz a memória coletiva, pelo que a repetição de alguns aspectos confere unidade às entrevistas, sem que se perca o que existe de singular<sup>12</sup>, numa narrativa própria da história oral que não é total, mas fragmentária e autobiográfica, em que os indivíduos, mulher e homem, são os seus sujeitos legitimadores<sup>13</sup>. Uma autobiografia que se narra a si com os olhos lacrimosos, ao se recordar adolescente como empregado num barco de pesca industrial muito longe de casa, em cujo começo teve a vista ferida pela luz de uma soldagem no estaleiro:

O mar veio a partir de 9 anos, 10 anos. Nós trabalhava com quem tinha barco, tudo menino: de 8 anos, 10 anos, 11 anos. Eu tirei a carteira com 14 anos. Com 14 anos, eu fui pra Santos [em São Paulo], fui de barco ainda. Chegou um barco aí, que meu tio trabalhava lá de mestre. Chegou aí: “Que’s ir pra Santos?”, digo: “Vamo s’embora!” Eu queria era comida, mas não tinha comida pra comer. Quando tinha comida pra comer, eu digo: “Eu vô! Eu tô ligando que ganha, que não ganha?” Chorei um mucado. Quando eu cheguei lá, que eu me vi embarcado, que eu só vi gente estranha e ainda enjoando do mar, era de soluçar. Era chorando e soluçando. Quando eu cheguei lá, também, no começo, eu fui lá no estaleiro do barco, cheguei lá, os caras tava soldando,

<sup>12</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom e HOLANDA, Fabíola, 2015, p. 28.

<sup>13</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres *et al.*, 2012, p. 18, 83 e 86.

né? E eu não sabia o que era solda. Aqui não tinha luz... E achei bonito aquela solda. Fui lá olhar. Sentei lá e fiquei olhando. Fiquei olhando lá, a tarde todinha, todinha, o cara soldando.

Perguntado se sentia saudades desse tempo, Jadir, de 63 anos, respondeu com um enfático não, embora entre risos, porque: “É muito melhor agora, né? Agora é outra vida, né?” Aludia ao adolescente pescador com carteira, ou ao menino agricultor? Por certo a ambos. Na roça, o assovio do pai ao meio-dia chamava a ele e os irmãos para descerem do morro e almoçar. Era inhame com café azedo, ou aipim, ou batata de novo, pois de manhã havia sido o café azedo com batata. “Pra gente que tava na roça, era mais pequeno, o mar era mais gostoso. É porque a gente andava, não trabalhava tanto, não era tanto prejudicado, né? Porque, nesse mar aí, nós sofremos um mucado”. Não tendo dormido à noite, então, fora levado à farmácia na manhã do outro dia e, felizmente, as vistas se curaram.

A gente do lugar deve sua base sociocultural ao processo da ocupação litorânea. De região com toda uma população indígena original, no século 17 contava com habitantes vicentistas em alguns pontos isolados (nas atuais São Francisco do Sul no litoral norte, Florianópolis ou antiga Desterro no centro, Laguna no sul), recebendo em meados do século 18 principalmente uma população oriunda do arquipélago dos Açores<sup>14</sup>. Um “empreendimento único” na colônia portuguesa, no qual se destacam, seja o recrutamento dos camponeses ilhéus geralmente pobres, seja a entrega aqui de lotes pequenos e mal distribuídos, com o resultado de não lhes ser dado “nem o meio primário para que a agricultura se desenvolvesse, e com ela a riqueza: a terra suficiente”<sup>15</sup>.

Para aqui vieram com a finalidade precípua de represália à ameaça de invasão espanhola, fornecendo braços e mantimentos às milícias de defesa. Cá, eram “colonos soldados”. Lá, eram na sua maioria agricultores, não pescadores, por causa do mar instável e do litoral escarpado com fundos abissais imediatamente à linha de costa (apenas no século 19 ganharia volume a pesca da baleia nos Açores, sob exploração industrial estrangeira). Apresentaram-se, entre outros atuais estados, na Bahia, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ao Maranhão, em 1619, chegou um grupo cuja leva de mil pessoas terminou pela metade, diante das péssimas condições de viagem.

<sup>14</sup> CAMPOS, Nazareno José de, 2009, p. 178.

<sup>15</sup> CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octávio, 1960, p. 19.

Naqueles dois últimos estados, no século 18, compuseram o maior contingente da expansão lusitana<sup>16</sup>.

Nem cá nem lá, existia uma “açorianidade”, como sentimento identitário comum, porquanto se referiam a si segundo uma das ilhas do arquipélago, ao passo que as autoridades os mencionavam como casais da ilha tal. Lá, a “açorianidade” foi inventada na última década do século 19, quando se intensificou a tentativa de descentralização do poder político. Cá, essa foi inventada no século 20, especialmente nas suas décadas finais, com a acelerada urbanização na década de 1960 e, no pós anos 1970, com a economia do litoral catarinense voltada ao turismo. À par as possíveis invenções, existiram e existem traços de lá e de cá, como na forte religiosidade e no falar cantado, pontuado de gestos:

Derinha – Trabalhei, graças a Deus, toda a vida; meu marido doente, mas também eu cuidei dele, da doença. Eu ia trabalhar, ele ficava em casa, mas quando chegava em casa dava toda a atenção; e eu, graças a Deus, tô aqui ainda, pra falar com alguém. [...] Quando tinha um córrego de água, a gente deixava os paus pra sobrar, porque, você sabe, a gente já tinha ideia, a gente já sabia que um córrego de água, se tirasse o sombrio dele, ele também ia secar muito, e é as águas que nós usamos, né? [junta as mãos, cotovelos apoiados na mesa, olhando para o entrevistador]. Nós aqui é assim [abre os braços].  
 Jadir – Aquele lá era compadre. Um dizia: “Ooo compadre, tens farinha?”, “Ooo compadre, eu tenho uma galinha aqui”. Dava uma galinha. “Ooo compadre, eu não tenho peixe”, “Não, eu tenho peixe”. Aí, o outro dava uma verdura.

De lá para cá, precisaram mesclar seus modos de vida aos já existentes, de indígenas e de vicentistas, bem como aos que vieram posteriormente, de africanos e de outros europeus. Do indígena, por exemplo, tiveram a alimentação baseada na mandioca e no peixe (“a maioria das pessoas aqui viviam do pirão e do peixe”, disse dona Maria), além da técnica de esculpir o tronco do garapuvu no fabrico de canoa, com a atividade pesqueira sendo praticada de modo artesanal junto com a agricultura e que originou muitas e muitas comunidades de pesca ao longo do litoral do estado. Com reflexos que definiram quantos seriam da roça ou do mar: “Era metade, metade, porque só ia pescar quem tinha a sua lanchinha. Pra roça, não; pra roça, o senhor pegava um pedacinho de terra ali, plantava; pegava outro pedacinho ali, roçava, fazia a sua mandioquinha..., o seu Valdemar fazia a farinha. Compreendeu?”, nas palavras de dona Maria, em lembrança de plantadores e a relação deles com seu pai, agricultor, antes também pescador até virar a canoa e quase se afogar.

<sup>16</sup> CORRÊA, Marcela Krüger, 2017, p. 47 e 70.

Mandioca que logo se revelou mais viável que o trigo, tradicionalmente cultivado nos Açores, em vista do solo arenoso e do clima quente e úmido do litoral aqui, cuja colheita se destinava à fabricação de farinha nos engenhos, equipamentos dominantes na paisagem litorânea catarinense até a segunda metade do século 20. Farinha que representou importante produção manufatureira, movimentando o comércio regional com acumulação por comerciantes e em parte pelos pequenos produtores, porém sem que se transformasse numa produção industrial, transferindo-se dos engenhos a moinhos, e sem que fosse diretamente comercializada pelos produtores nas grandes praças (Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Montevideú, Buenos Aires), mas pelos comerciantes locais<sup>17</sup>. Como apareceu nas narrativas:

Vava – Nós tinha uma cultura diversificada, de tudo nós plantava um pouco: era batata, era milho, feijão, é... Tinha um senhor daqui de Biguaçu que comprava toda a produção nossa; nós comprava no comércio dele, pra nós comer, que chamava seu Chico Fernando. Meu pai acertava as contas com ele de ano a ano, de dois em dois anos, por aí, mais ou menos.

Onélia – Tinha um..., o seu Chico Fernando de Biguaçu, com a filha, dona Georgina, eles compravam sacos de farinha, sacos de café. Eles vinham, carregavam 60, 70 sacos de farinha, 40, 50 sacos de café.

### **O engenho de boi e de gente, a roça que se foi**

Como as coisas se tornassem “cada vez mais dificultosas para nós, porque é..., daqui a pouco já queria nota de produtor, já queria uma coisa e outra, e dificultava um pouco. A gente foi crescendo e achava que lá fora poderia ter um mundo melhor”. Com essas palavras de seu Vava, chega-se ao “senso do problema”. Nas entrevistas, ainda quando a questão ambiental, quer por sua legislação, quer por ações de agentes públicos ambientais, não fosse lembrada como um empecilho ao trabalho na roça, por causa das atividades envolvidas, a exemplo de roçadas e queimadas, entretanto se nota seu peso proibitivo na memória das pessoas:

Vava – Dizer que foi tudo órgão do governo que correu com nós, eu não falo isso aí pra ninguém. Eu falo assim, que faltou incentivo, faltou incentivo... [repete]. Entrevistador – Mas proibição não teve? Vava – É... tinha, tinha [repete], realmente, a proibição tem, porque nós derrubava, nós derrubava isso aí a machado [aponta com a mão direita estendida para o morro], a machado ainda, a manual, pra nós plantar. Nós fazia queimada. Hoje, se nós fizer uma queimada aí... [estende os braços], vocês sabem o que acontece [balança a cabeça e silencia].

<sup>17</sup> Idem, p. 183.

Memória que presentifica o passado, ou um passado persistente (seu Vava diz: “tinha, realmente, a proibição tem”), às vezes com visível dor, nesta narrativa de Onélia sobre quando seu pai, Valdomiro, teve a enxada arrancada das mãos na roça por uma agente do meio ambiente:

Quer ver a guria que tava com ele [o fiscal], eu não sei o nome, aquilo é que era ruim, ruim mesmo era ela, muito ruim, não sabia conversar com as pessoas. Eles só chegavam e iam entrando pela roça adentro e já iam tirando tudo da mão e levavam embora. Aí, ela disse assim: “Ó, amanhã, nós vamos passar aqui de novo; se o senhor tiver aqui plantando, nós vamos levar o senhor preso”. Aí ele pegou, ele disse: “Meu Deus do céu, eu com essa idade toda, me criei..., criei os filhos na roça, né?, me casei, na roça, criei os filhos na roça, e agora eu, com essa idade toda, eles vem me proibir de eu plantar um..., uma espiga de arroz, uma batata-doce”. É, ele pegou, ele se desanimou, né? Aí vivia só aí, sentado, se desanimou, ficou doente, ficou doente [repete]. “Não vou plantar mais, minha filha”, ele disse, “se eu plantar, se eles me pegar aqui, eles vão me levar preso”. Eu disse: “Não, pai, não vão levar o pai preso, não. O pai tem família, o pai não é ladrão, o pai não roubou nada de ninguém, o pai tá dentro de sua propriedade. Por que o senhor vai pra cadeia?” Mas eu digo pra ti [entrevistador], olha, as coisas vai ser muito mais difícil, do jeito que tá indo, vai ser muito mais difícil, muito. Até na pesca a gente já tá vendo aí quantas coisas que já mudou, né?

Passado presentificado, pretendendo-se, com um “vai ser”, vaticinar um tempo que ainda não foi, mas pode estar sendo. No caso, no tempo da APA de Anhatomirim, “foi quando o IBAMA deu em cima das pessoas que fazia mais esse tipo de fogueirinha, porque lá em cima [no morro] eles não iam ver a fogueirinha, né?; mas cá embaixo se via a fogueirinha, né?”, relatou dona Maria, para quem, no “aqui embaixo” da Serra da Armação, “era tudo limpo, não era essa mata, esse matagal aí”, e cujo pai igualmente parou com a roça, “quando ele foi proibido pelo..., esse homem aí, pelo esse... do IBAMA. [...] porque ele roçava e fazia a fogueirinha. Era o meio de todo mundo fazer isso. O senhor não sabe? Roçava assim, por baixo, tacava o fogo, depois cortava a madeira e se vendia”.

A roçada dava-se para abertura de área ao plantio e para extração de lenha, a fim de abastecer os fogões nas casas e os fornos dos engenhos de farinha. Proibida essa atividade na Serra da Armação, dona Derinha precisou comprar lenha e farinha para continuar com o engenho ajudada pelos filhos, tendo o marido acamado desde quando o filho mais velho contava com 12 anos:

Derinha – Eu ia pra roça, eu mais o meu filho mais velho, e nós plantava. [...] nós já tínhamos um engenho aqui, quando ele ficou doente, [...] de eu ir comprar mandioca pra fazer farinha, porque aí também veio a ordem pra nós não mais derrubar, no morro, né? Entrevistador – Veio ordem, quando foi?

Derinha – É, do IBAMA. Que tempo foi?... Ah, agora eu nem lembro. Entrevistador – Mas os filhos já eram crescidos, ou não? Derinha – Já. Até esse dia, eu estava lá na roça mais o Lourival, que nós tinha derrubado uma malha, pra plantar, né?, tirando a lenha pra fazer farinha. [...] nós deixamos de plantar foi na época, agora, a época do IBAMA, como a gente mesmo diz, né?, que pegou Anhatomirim e disse que essa área daqui era reservada.

A APA de Anhatomirim, como todas as unidades de conservação do seu grupo no Brasil, legalmente visa compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Portanto é um espaço ambientalmente protegido cujo uso lhe é inerente. Nessas narrativas, não aparecem, por parte do poder público, tentativas de compatibilizar os recursos da mata atlântica, na Serra da Armação, com os usos existentes e de longa duração por seus moradores. Se as normas de proibição são anteriores ou concomitantes à unidade (como o Decreto n. 750, de 10 de fevereiro de 1993, que proibia o corte da mata atlântica, autorizando-o apenas nos casos em que especificava, como o corte seletivo ou o corte de vegetação em estágio inicial), por sua vez a chamada “lei da mata atlântica” (Lei n. 11.428/2006) expressamente veio a permitir a exploração eventual da mata, nas propriedades e posses das populações tradicionais e dos pequenos produtores rurais, “independente de autorização dos órgãos competentes” (artigo 9º). Entretanto, restringiu essa permissão a fins não comerciais diretos ou indiretos, como um elemento altamente discricionário e remetendo-o à regulamentação, advinda com o Decreto n. 6.660/2008 (o qual revogou o de n. 750). Isso, sem mencionar que o plano de manejo da APA de Anhatomirim, também um regulamento e aprovado no final de 2013 (vinte anos após criada a unidade), na cota de altitude 100m na Serra da Armação, dentro de seus limites e onde se encontram grande parte das nascentes d’água, tornou ainda mais restritas as possibilidades de corte da mata atlântica, com a diferença de que tal regra recebeu amplo e público debate, durante os três anos de elaboração do zoneamento e do regramento da unidade.

Não se trata aqui de debater o acerto ou o desacerto desses fatos. Ao mesmo tempo em que essas recordações narram abandonos obrigados da roça por ações do poder público, revelam também escolhas pessoais, às vezes por causa da fome, num lugar e num tempo em que a força da gente, crianças inclusive, substituía à de um boi cansado no bolinete do engenho de farinha:

Jadir – Quando não tinha boi, o pai botava nós a rodar. Tudo menino. Era pesado, mas tinha que fazer, ou faz ou não come. Porque ele botava o boi ali, vamos supor, seis horas a rodar, ou oito horas. Aí o dono não queria mais que

o boi tocasse mais aquele período, porque o boi já tava cansado, tinha que descansar o boi. A massa já tava lá. Um dia, foi no engenho do Campolino. O pai pediu a ele, eles eram compadres, né?, porque naquela época todo mundo era compadre, porque era muito filho, também, né? Quinze filhos, então quantos compadres tinha? [risos] Tinha quinze compadres. Nesse dia foi duro. Foi um dia chuvoso. Foi chamado todo mundo. Quando tonteava, cansava, sai, entram mais dois. Nós forneamos não sei quantos balaios. Porque o Campolino chegou e falou: “Ooo compadre, o boi não vai mais, não, porque o boi tá cansado”. Era a renegar. “Tá bom, compadre, eu forneio com os meus filhos, mesmo”.

### **Considerações finais**

Lidar com história oral é mexer com camadas subjacentes da vida de pessoas, individual e coletivamente. Nas entrevistas, na medida em que se desenvolvia sua dinâmica, surgiam questões outras, como as de gênero, por exemplo, na fala de dona Derinha sobre as irmãs: “Uma é a Verônica, que é Maria da Luz, mas agora se assina como Schmitt, e a outra é Laura, a assinatura do marido até não sei bem”. Camadas que sobrevivem espontâneas ou não, às vezes de permeio.

Segundo as lembranças e as subjetividades que aqui se conseguiram captar, a roça e a pesca eram ambas comuns no cotidiano dessas pessoas. Houve rupturas trazidas pela vida, ou nem sempre e, por isso, outros rumos talvez tivessem sido dados à vida de cada uma dessas pessoas. Trata-se de interpretações, depois de um sentir junto.

### **Agradecimentos**

Benta Severino, Desidéria Maria Furtado – dona Derinha, Jadir Gabriel Pontes, Maria das Dores Piza Weber – dona Maria, Onélia Correia Binhoti, Orivaldo Alexandre Severino – seu Vava, Santo Binhoti, por partilharem suas memórias e autorizarem seu uso, moradoras e moradores em propriedades abrangidas pela APA de Anhatomirim, junto à Serra da Armação, nas localidades de Areias de Baixo, Caieira do Norte e Costeira da Armação, em Governador Celso Ramos.

A Marcos César da Silva, chefe da APA de Anhatomirim, pelo apoio nas entrevistas, realizadas em 13 de junho de 2019, precedidas de algumas visitas.

E ao José, Zé, Zezé, JR, Jotinha, Jota, até que possamos rir juntos novamente, porque o que a vida leva o tempo não apaga, na memória.

## Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: FGV, 2013. 386p.

BACHELARD, Gaston. **La formation de l'esprit scientifique**. Paris: Vrin, 1947. 257p.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 202p.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 528**, de 20 de maio de 1992. Declara como Área de Proteção Ambiental Anhatomirim, no Estado de Santa Catarina, a região que delimita e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 mai. 1992.

BRASIL. **Decreto n. 750**, de 10 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 fev. 1993.

BRASIL. **Lei n. 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

BRASIL. **Lei n. 11.428**, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 dez. 2006 (retificado em 09 jan. 2007).

BRASIL. **Decreto n. 6.660**, de 21 de novembro de 2008. Regulamenta dispositivos da Lei n. 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 nov. 2008.

BRASIL. ICMBio. **Portaria n. 245**, de 30 de outubro de 2013. Aprovar o plano de manejo da Área de Proteção Ambiental de Anhatomirim, no estado de Santa Catarina. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 out. 2013. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/legislacao1/portarias/3980-portarias-2013>. Acessado em: 27 abril 2019.

CAMPOS, Nazareno José de. Açorianos do litoral catarinense. Da invisibilidade à mercantilização da cultura. **Arquipélago/História**, 2ª série, 2009, p. 177-201. Disponível em: <https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/1236>. Acessado em: 05 maio 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octávio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**. Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1960. 289p.

CORRÊA, Marcela Krüger. **Das ilhas de lá à ilha de cá: a construção da identidade açoriana no litoral catarinense**. 2017. 269p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PGCN0679-T.pdf>. Acessado em: 27 abril 2019.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral** - memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 136p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011 (formato epub).

MEIHY, José Carlos Sebe Bom e HOLANDA, Fabíola. **História oral, como fazer, como pensar**. 2ª ed., 4ª reimp. São Paulo: Contexto, 2015. 175p.

MONTENEGRO, Antonio Torres *et al.* (Orgs.). **História oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012. 333p.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, v. 1, n. 2, 1996. p. 59-72. Disponível em: [https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819739/mod\\_resource/content/1/PORTELLI,%20Alessandro%20E2%80%93%20A%20Filosofia%20e%20os%20fatos.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819739/mod_resource/content/1/PORTELLI,%20Alessandro%20E2%80%93%20A%20Filosofia%20e%20os%20fatos.pdf). Acessado em: 27 abril 2019.

RADSTONE, Susannah. Working with memory: an introduction. In: RADSTONE, Susannah (Org.). **Memory and methodology**. Londres/Nova York: Bloomsbury, 2000. p. 1-20.

RITCHIE, Donald A. **Doing oral history**. 3ª ed. Nova York: Oxford University Press, 2015. 347p.

SANTHIAGO, Ricardo. Da fonte oral à história oral: debates sobre legitimidade. **Saeculum - Revista de História**, n. 18, jan.-jun. de 2008. p. 33-46. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/11395/6509>. Acessado em: 27 abril 2019.

SIMÃO, Miguel João. **De Ganchos a Governador Celso Ramos**. Florianópolis: Ed. do Autor, 2002. 209p.

THOMSON, Alistair. Fifty years on: an international perspective on oral history. **The Journal of American History**, pp. 581-595, set. de 1998. Disponível em [https://www.jstor.org/stable/2567753?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/2567753?seq=1#page_scan_tab_contents). Acesso em: 05 maio 2019.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**, vol. 15, jul.-dez. 1997, p. 51-84. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11216>. Acessado em: 05 maio 2019.

**Data de envio:** 14 de julho de 2019

O mato virou roça e a roça virou mato: memórias de mudanças nas terras da Serra da Armação no litoral central catarinense – Edson Gracindo de Almeida

**Data de aceite:** 05 de fevereiro de 2020